



São Paulo, 4 de abril de 2023

Propostas para o desenvolvimento social, investimentos em infraestrutura e geração de empregos

Esse documento proposta pela Força Sindical, amplamente debatido no último Congresso da Central Sindical (2022) e na Conclat (Conferência da Classe Trabalhadora – 2022), reúne um conjunto de diretrizes e propostas do movimento sindical, reunidas nos últimos anos, seja através do balanço das experiências anteriores de políticas industriais no Brasil e exterior, seja através da experiência de trabalhadores(as) têm-se acumulado diante do derretimento da indústria e falta de investimentos em infraestrutura e dos seus impactos.

Assim como, formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e instalações portuárias marítimas e fluviais. Com o novo governo, vivemos um momento propício para colocar em prática projetos que irão desempenhar papel no desenvolvimento do País.

O documento visa à elaboração de políticas, programas e ações relativos à indústria brasileira para as próximas duas décadas. O plano parte da visão dos trabalhadores(as,) sobre o grave processo de desindustrialização que o país vivencia, e os possíveis caminhos que podem ser traçados para superação desse cenário. Nesse sentido, os trabalhadores entendem que não é possível pensar uma Política industrial sem uma profunda articulação com o projeto de desenvolvimento econômico e social que busca a melhoria da qualidade de vida, com redução das desigualdades e distribuição de renda, e que seja ambientalmente sustentável nas diferentes regiões do país.

A "desindustrialização" brasileira é um processo que se inicia na segunda metade dos anos 1980 e se agudiza em meio à crise econômica e institucional desde 2015, resultando em queda mais acentuada da participação da indústria no PIB nacional, com aumento recorrente de importações, elevação do déficit comercial e desnacionalização brutal de cadeias produtivas. Como principais causas desse processo, podem ser apontadas pelo menos três grandes fatores: a) a ausência e perda de coordenação e planejamento do Estado; b) a incapacidade da iniciativa privada de articular aos seus planos de negócios específicos de curto e médio prazo, um Projeto de Desenvolvimento industrial de longo prazo; c) as políticas macroeconômicas desfavoráveis e desarticuladas; d) as falhas institucionais, entre outros.

O Brasil é uma das principais economias industriais do mundo, resultado de cinco décadas de políticas de Estado indutoras do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização, com a articulação de instrumentos de proteção à atividade industrial, crédito orientado à produção local, medidas tributárias de comércio exterior, desenvolvimento e transferência de tecnologia. Enquanto um dos países mais populosos do planeta e principal economia da América Latina, dentre os objetivos da presente proposta figuram: a recuperação do espaço perdido em termos do volume global de produção, seja do ponto de vista quantitativo, seja do ponto de vista qualitativo, em outras palavras no valor adicionado dessa produção. As próximas décadas devem ser compreendidos como o “momento de virada” da indústria nacional, recolocando o país novamente, entre os maiores fabricantes industriais do planeta.

Dentre todas as atividades econômicas, é a partir da indústria que se tem maior capacidade de alavancar outros setores, já que cria e recria produtos, insumos, tecnologias e processos, além do seu potencial expressivo de geração de empregos, tanto diretos como indiretos, incluindo ocupações mais qualificadas. A deterioração dessa capacidade, em função da deterioração da atividade industrial ou de processos de “desindustrialização” – resulta em efeitos negativos na economia como um todo, como já se percebe no período mais recente. A redução da atividade industrial no país gerou o estreitamento cada vez maior do espaço para a construção de um projeto de desenvolvimento econômico que permita avanços sociais e redistribuição de renda, de forma soberana e sustentável.

Por isso, o processo de retomada da indústria deve dialogar diretamente com as demandas urgentes da população brasileira garantindo o provimento e a soberania produtiva de bens e serviços necessários para elevação do padrão de vida. A industrialização orientada por missões¹ sociais é eixo estruturante deste plano e ressalta que a industrialização não é um fim em si mesmo, mas um meio para conquista do desenvolvimento social amplo e caso a iniciativa privada não seja capaz de instaurar as bases produtivas para o avanço da indústria, seja por baixo retorno de capital ou por conta da baixa capacidade de investimento, cabe ao Estado brasileiro arcar com as responsabilidades de atender as demandas da população. O empreendimento estatal direto deve ser considerado como possibilidade de industrialização em setores chaves que promovam o transbordamento tecnológico e a conexão de cadeias produtivas desarticuladas.

É primordial que a indústria contribua para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país. Uma política industrial, no contexto de rápidas e profundas inovações, bem como da transição acelerada para um novo padrão de desenvolvimento produtivo em escala global, deve ter como finalidade a reversão do nosso processo de desindustrialização, com a geração de trabalho decente e uma contribuição decisiva para a melhoria da qualidade de vida da nossa população. Para isso, é imprescindível também o alinhamento ao Acordo de Paris e à Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS),

¹ O conceito de Missões adotado nessa proposta agrega legitimidade, sobretudo porque utiliza um instrumento de política Industrial de forma sistêmica para superação de gargalos reais e crônicos do país e, conseqüentemente. Ademais o Conceito de Missão vai ao encontro da nossa proposta de política industrial tendo em vista que se pretende ampliar o escopo das ações, mobilizando múltiplos atores de diversos setores “em torno de desafios complexos e ambiciosos e oferece mecanismos para lidar com políticas verticais sem precisar, para isso, passar pela definição *ex-ante* de setores”. IEDI Dez. 2022.

focado especialmente na redução das vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais que marcam a realidade brasileira.

Assim, na perspectiva da classe trabalhadora, são fundamentais para a retomada da indústria nacional a construção de políticas e programas orientados pelas seguintes propostas:

Criação, articulação e sustentação da demanda

1. Atender às necessidades e demandas mais críticas da sociedade brasileira: a industrialização orientada por missões deverá se estruturar através do desenvolvimento voltado ao atendimento imediato de demandas essenciais da sociedade, como saúde (fortalecimento do complexo Industrial da Saúde), habitação, saneamento, mobilidade, rede e conexão de internet, difusão de energias renováveis, eletromobilidade, redução de emissões (Cidades Sustentáveis) segurança alimentar, dentre outras demandas;
2. Gerar empregos de qualidade: a retomada da indústria nacional precisa estar casada com a oferta de empregos de qualidade e a repartição dos ganhos derivados do crescimento econômico resultante, ao longo do tempo, com o fortalecimento da negociação coletiva e da liberdade sindical;
3. Garantir a soberania nacional com o suporte industrial em áreas estratégicas, com a utilização dos instrumentos de compras públicas e encomendas tecnológicas: estabelecer um posicionamento estratégico em segmentos críticos para a soberania de países de grande população, a exemplo das indústrias de alimentos, fármacos, medicamentos, infraestruturas energéticas, alinhando também uma política de comércio exterior pautada pelos princípios do comércio justo e com a utilização soberana dos recursos naturais, garantindo a ampliação do fluxo de comércio de bens e serviços de origem industrial, proteção aos trabalhadores e trabalhadoras e fortalecendo a integração regional;
4. Ocupar mercados compatíveis com o progressivo avanço de nossas capacidades produtivas, articulando demandas interna e externa com a reorganização dos elos de nossas principais cadeias industriais;
5. Reorganizar as cadeias industriais de valor, elevando a participação da indústria nacional e reduzindo a dependência de importações industriais: esse movimento deve ser norteador pelo preenchimento de elos e atividades relevantes para o avanço da indústria brasileira nos estratos de maior complexidade tecnológica, tornando as cadeias produtivas mais amplas, gerando demandas intrasetoriais;
6. Sintonia entre política industrial, política macroeconômica e gestão tributária: o processo de retomada deve estar ancorado em um arcabouço macroeconômico e tributário adequado ao desenvolvimento industrial, ao investimento produtivo e à inovação;
7. Estruturar política nacional e programas setoriais de educação técnica e qualificação profissional, em sintonia com a retomada industrial e a elevação de qualidade dos empregos gerados: deve-se compatibilizar as políticas públicas de educação técnica e qualificação profissional, de forma a assegurar e expandir a participação de trabalhadores em ocupações

- de maior qualidade e complexidade na configuração de uma nova estrutura produtiva nacional. Para isso é fundamental reorientar o papel do SENAI, articulando-o com a política nacional de educação profissional e tecnológica;
8. O Estado deve centralizar e organizar as políticas de tecnologia, inovação e crescimento destinando recursos em escala suficiente para que efetivos avanços no campo tecnológico, bem como especial atenção ao setor de bens de capital por seu papel central na modernização tecnológica dos demais ramos industriais;
 9. Apoiar e estimular o fomento à inovação e modernização tecnológica: a formulação e implementação das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) deve ter como foco o desenvolvimento de tecnologias orientados à solução de problemas relevantes para o desenvolvimento nacional, por meio da articulação de empresas, trabalhadores, instituições, governos e universidades, através da reestruturação do Sistema Nacional de Inovação (SNI);
 10. Estabelecer recompensas para regular a relação risco-benefício oriunda do sistema de inovação, articulado coletivamente com a participação de empresários, trabalhadores e governos de modo a inverter a atual dinâmica pela qual os riscos são socializados com a sociedade enquanto os frutos são privatizados e pouco distribuídos coletivamente. Como exemplos temos a criação de um Fundo de inovação nacional (financiado através de royalties pagos para inovações financiadas pelo Estado); Compartilhamento de patentes; Empréstimos reembolsáveis – se e quando a empresa tiver lucro acima de determinado limite, deve devolver parte do empréstimo/subvenção para financiar investimentos futuros;
 11. Política industrial alinhada com a transição justa para economia ambientalmente sustentável e preservação ambiental: orientar a retomada do crescimento industrial com os princípios de descarbonização, preservação de recursos e boa utilização das soluções baseadas na natureza, de forma estreitamente alinhada ao Acordo de Paris e à Agenda 2030, especialmente no que corresponde aos preceitos de indústria e infraestrutura sustentáveis, bem como do crescimento econômico fundamentado no trabalho decente;
 12. Fortalecer e ampliar as estruturas de apoio empresarial para a indústria nacional, envolvendo assessoria técnica e tecnológica, apoio para exportadores, prospecção e suporte de novos mercados internacionais;
 13. Garantir especial atenção ao fortalecimento das médias, pequenas e microempresas do setor industrial: os diversos instrumentos e suportes ao processo de retomada devem considerar as especificidades e necessidades ligadas à realidade dessas empresas;
 14. Revisar os programas de incentivos tributários, preservando as ações estruturantes para a reindustrialização: os gastos tributários orientados para a atividade industrial devem passar por uma revisão orientada pelas diretrizes aqui expostas, levando à supressão dos incentivos incompatíveis com os princípios da retomada;
 15. Estruturar política de financiamento adequada ao desafio de reindustrialização: o processo de retomada deve estar ancorado em instrumentos de crédito e financiamento fortemente orientados para a expansão e a modernização de capacidades produtivas, o que inclui política ativa de garantia de crédito e expansão do mercado de capitais;

16. Revisão da modificação realizada em 2017 na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que passou a se chamar Taxa de Longo Prazo (TLP). Essa mudança fez com que um importante instrumento anticíclico, que é o crédito baseado em taxas de juros mais baixas e de menor volatilidade, se tornasse muito mais instável, estando sujeito às decisões da conjuntura e da política monetária. Isso encarece os recursos e elimina o potencial que tem a política de crédito de contrabalancear situações sazonais, de instabilidade e de crise econômica;
17. Ampliar a utilização dos bancos públicos, em especial Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco de Desenvolvimento do Nordeste e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, de forma a aumentar a parcela de crédito ao segmento industrial, com taxas de juros compatíveis com as do BNDES, especialmente às médias, pequenas e microempresas industriais;
18. Garantir transparência, participação e controle social na formulação, implementação e monitoramento da política industrial e tecnológica: a política e os programas direcionados à retomada da indústria brasileira envolvem diferentes segmentos, regiões e atores sociais, sendo fundamental a reconstrução de espaços de discussão e de diálogo social, retratando o desenvolvimento industrial como projeto e desejo da sociedade;
19. Para a implantação do plano de revitalização da indústria, é da maior importância que sejam estabelecidos indicadores e metas correspondentes aos esforços priorizados pelas diretrizes e propostas apresentadas. A elaboração de metas deve contemplar iniciativas de curto, médio e longo prazo, com prazos adequados e previsibilidade de realização, sendo especialmente necessário o estabelecimento de estratégias de curto prazo, frente à crise social e estagnação econômica pela qual o país passa;
20. Retomar obras paradas e os investimentos públicos para garantir a geração de empregos de qualidade, através de planos de obras públicas nas áreas de infraestrutura econômica e social;
21. Apoiar o desenvolvimento de produtos sustentáveis em todos os setores, priorizando o bem-estar econômico e social, e a busca pelo pleno emprego e ampliação da renda e do trabalho;
- 22. Retomar as obras paradas e os investimentos públicos para garantir a imediata geração de empregos de qualidade;**
- 23. Ampliar os investimentos em portos e aeroportos;**
- 24. Investir no desenvolvimento local e regional, respeitando as diversificadas culturas e trabalhando suas potencialidades produtivas, econômicas e sociais;**
25. Construção de arranjos institucionais de debate e formulação para acompanhamento do plano e das metas a serem definidas:
 - **Mesa Nacional da Indústria:** multipartite, com o objetivo principal de definir e rever a agenda estratégica nacional, além de promover debates, estudos e propostas de política industrial.
 - **Conselhos de Competitividade Setoriais:** de caráter consultivo e composição tripartite (governo, empresários e trabalhadores), deverá assegurar compromissos com a geração de emprego, investimento e inovação.

- **Conselho Nacional de ensino profissional:** Criação do Conselho Nacional para acompanhamento e aprimoramento do ensino técnico profissional no Brasil, assim como elaborar diretrizes sobre o uso de recursos públicos no ensino profissional.
- **Criação de uma frente parlamentar para o Desenvolvimento Produtivo** em apoio à retomada industrial enquanto estratégia imprescindível para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável no Brasil.
- **Conselhos locais:** criar espaços multipartites que discutam mecanismos de capacitação e suporte à indústria no âmbito estadual, municipal, metropolitano e mesorregional.
- **Observatório Nacional da Indústria:** monitorar as metas e indicadores a serem definidos e elaborar avaliações.

Desse modo, esse documento é uma contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras para a transformação do quadro atual da indústria brasileira. O Brasil é um dos maiores países do planeta e tem um dos principais mercados consumidores do mundo. Somos mais de 210 milhões de brasileiros vivendo em um território rico em recursos naturais e de extraordinária biodiversidade. Nosso desafio atual deve ser tornar o Brasil líder mundial na produção sustentável de bens e serviços, gerando desenvolvimento econômico e social para todo o país.

Miguel Torres
Presidente Nacional da Força Sindical